

Carta de desligamento do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)

Camaradas, escrevo esse documento para comunicar a minha decisão de me desligar do partido. Essa decisão, consolidada depois do “debate” no grupo da Coordenação de Campanha na quinta-feira (02/04), não é por uma divergência de ordem estratégica, mas sim táticas, organizacionais e de convivência pessoal no âmbito do CC. É óbvio que tenho divergências com aspectos do programa partidário, mas nada que crie um antagonismo irreconciliável. Quem esteve no Congresso do partido, creio que sabe bem quais são meus pontos de discordância com o nosso programa. Essa saída acontece por divergências agudas de ordem organizativa e, ao meu ver, uma impossibilidade de continuar no ambiente de convivência do CC por muitos desgastes, tensões e problemas acumulados.

Não pretendo que isso seja uma “lavação de roupa suja”, mas creio que seja necessário elencar, ainda que resumidamente, os pontos principais que motivaram minha saída. O primeiro deles é a questão do Farol Brasil. Quando anunciei a criação do Farol Brasil, possibilidade dada pelo programa do partido, a postura da organização foi de “dúvidas” sobre o que seria o Portal de Notícias. Uma das principais dúvidas e objeções era a suposta concorrência entre o Farol Brasil e o Jornal “O Futuro”, algo que nunca teve fundamento, considerando as diferenças entre um portal de notícias no youtube com programação diária e um jornal impresso mensal com site alimentado diariamente com notícias em texto.

O processo de debate sobre o Farol Brasil foi extremamente desgastante. A postura da maioria do Conselho Editorial foi uma lógica de controle administrativo, ideológico e operativo do Farol Brasil. Entretanto, a defesa de um controle que não tinha possibilidades de operacionalização. O partido sofre para conseguir manter o Jornal, que sempre está no limite, mas sem materialidade e concretude, a lógica do partido expropriar o Farol Brasil ganhou força. Em todo o processo, várias coisas básicas foram ignoradas e nunca respondidas. Exemplos: a) O partido iria controlar o Farol Brasil, mas eu continuaria pagando o salário dos trabalhadores do meu bolso?

b) Nos meses que o Farol Brasil fecha no vermelho, e eu cubro os custos da minha poupança, eu iria continuar pagando? O partido nunca se propôs a assumir isso c) Os trabalhadores do Farol Brasil, contratados enquanto jornalistas, iriam ser subordinados ao partido? d) O partido tinha condições de acompanhar diariamente a produção jornalística do Farol Brasil? e) Como o canal se sustentaria e ganharia público se a defesa de alguns camaradas era que os entrevistados no canal fossem apenas os militantes do partido (não temos nem quadros para sustentar um programa diário com média de cinco entrevistados por dia) e para algumas poucas organizações, como o PSTU?

Toda discussão foi abstrata, principista, objetivamente sem consequências. Questões básicas, infelizmente, seguiram sendo ignoradas. Era para obrigar os trabalhadores do Farol Brasil a entrar no PCBR como muitos sugeriram? Disse em reunião, e nunca fui contestado, que o nome disso é assédio moral. Nessa mesma seara, a ideia de vários camaradas era vetar nomes, da lista de convidados da semana, de acordo com critérios ideológicos pouco claros. Sempre fiz a pergunta básica: e como os âncoras dos programas iriam conseguir substituir os convidados em cima da hora? Qual justificativa seria dada? O PCBR mandou você não falar porque “não é revolucionário?”

Sempre trabalhei na ideia de colocar o Farol Brasil a serviço da divulgação da linha do partido, nosso jornal e nossas atividades políticas. Foram de minha autoria as propostas - ***aprovadas nas reuniões do conselho editorial e nunca tiradas do papel*** - de criar um Programa do Partido, garantir um calendário de inserções periódicas do partido de acordo com datas importantes (Revolução Cubana, 1º de maio, 20 de novembro, 8 de março, etc), formar uma lista de militantes que poderiam dar entrevistas com frequência no Farol Brasil, retransmitir no Farol Brasil atividades importantes do partido (essa aconteceu algumas vezes), entrevistar o editor do nosso jornal sempre que tiver nova edição do jornal (coisa que aconteceu com frequência durante 2025).

Objetivamente, como era esperado, o partido, por falta de pernas, por ter poucos quadros para muitas tarefas, por não ter capacidade de liberar militantes, não conseguiu cumprir a maioria das atividades que foram aprovadas para usar o Farol Brasil como meio de promover a linha do partido. Um ano depois de aprovada a criação do Programa do Partido, A hora do futuro, isso simplesmente nunca saiu do papel. Todas as tarefas aprovadas e não cumpridas, porém, não ensejam autocrítica, reconhecimento de um debate descolado da realidade, a mera vontade de controle sem capacidade de assumir funções que o partido não tem pernas para cumprir.

O mais importante, um ano depois da criação e funcionamento do Farol Brasil, fica claro que ele não rivaliza com o jornal (como era muito argumentado em janeiro e fevereiro de 2025) e muito menos que o que falam os entrevistados no canal é confundido com a linha do partido. Cansei de argumentar, e não fui respondido, perguntando se o partido assumisse o Farol Brasil e o canal quebrasse, quem seria responsável por sustentar minha mãe e meus sobrinhos? Como todos os camaradas sabem, acredito, sou o pilar financeiro da minha família. Sustento minha mãe, meus sobrinhos, ajudo financeiramente alguns dos meus primos e minha madrinha. Boa parte desse recurso vem do canal no youtube. Não poucas vezes, a resposta de alguns camaradas, especialmente Gabriel Lazzari, foi não dizer nada e repetir “o canal tem que estar na linha do partido”.

Com todo esse processo, pela primeira vez em 14 anos de militância, solicitei afastamento temporário do partido. Até então, eu era o editor de economia do nosso jornal e o membro do CC que mais tinha escrito matérias para o jornal (muitos camaradas podem não saber disso porque, à época, os textos não eram assinados). Durante o meu afastamento, motivado por extremo cansaço físico e mental, além da tristeza com um debate que, simplesmente, desconsiderava a minha dimensão humana e de um homem da classe trabalhadora que tem responsabilidades financeiras familiares. O partido nunca quis saber como estava e se podia ajudar - militantes individuais me procuraram e agradeço muito todo carinho e apoio.

Para minha surpresa, passado um ano de tudo isso, vejo nas relatorias das reuniões da CPN novas reclamações sobre o Farol Brasil. Aqui é preciso ser claro: não estou me isentando de erros nesse processo. Ao contrário, nas relatorias de 2025 das reuniões do conselho editorial, é possível ver várias autocríticas minhas. O que me choca, e torna insustentável para mim este estado de coisas, é que nunca o conselho editorial, a CPN ou o CC, fez uma autocrítica sobre as diversas tarefas tiradas para o uso partidário do Farol Brasil que nunca foram operacionalizadas. Repito: o básico, como criar um programa do partido no canal, nunca tornou-se realidade.

Não vou entrar no mérito da importância do Farol Brasil como um espaço crítico ao petismo e no enfrentamento à extrema direita, seu destaque na cobertura de momentos importantes da luta de classes no Brasil (como as ocupações indígenas na Seduc e na Cargill, no Pará) ou o papel do canal como um agregador de sindicatos, movimentos populares, intelectuais e lideranças políticas que mantiveram o espírito crítico ao progressismo burguês e neoliberal. O Farol Brasil sempre esteve aberto e disponível para o partido. Mas a lógica nunca foi usar esse espaço, mas sim controlá-lo, e o pior, sem ter os meios para tal - o camarada Gabriel L., ao ser perguntado diretamente se a política editorial que ele defendia não iria falir o Farol Brasil (só entrevistar, basicamente, militantes do PCBR), disse que tudo bem falir o canal, o importante era “seguir a linha do partido”. Em situações como essa, sempre perguntava sobre a situação financeira dos trabalhadores do canal, que seriam demitidos, mas nunca vinha uma resposta direta, era tratado como uma não questão - os trabalhadores do Farol Brasil só eram mencionados nos momentos de sugerir que todos tinham que tornar-se militantes do PCBR.

Foi esse processo que tornou insustentável minha permanência no nosso jornal e me afastou do trabalho cotidiano da agitação do partido. A coisa piorou bastante com todo crescimento de visibilidade pública que tivemos em 2025. O crescimento dessa visibilidade pública, o lado bom da coisa, também trouxe outras coisas não tão boas: assédio judicial e uma chuva de processos, ameaças de morte, ataques sistemáticos de mídias, intelectuais, organizações e influencers governistas.

O partido nunca atuou para objetivamente me ajudar a enfrentar esses processos e defender seu militante - no máximo, notas públicas de solidariedade.

Os advogados que me defendem de graça, porque não teria dinheiro para pagar, se ofereceram ao ver que eu não tinha apoio jurídico nenhum. Tive que mentir para várias pessoas, quando perguntado o que o partido fazia para me ajudar nos processos, notificações extrajudiciais, ataques e afins. Tinha vergonha de dizer que mesmo pedindo várias vezes, informando dos problemas, nunca tive apoio do partido. Chegou um momento que parei de pedir.

Aconteceu o mesmo quando começou as ameaças neonazistas. De início, o partido pedia repasses, queria saber como estava meu processo de entrada no programa de proteção a defensores dos direitos humanos (nenhum membro da CPN sabe como anda isso hoje, pois simplesmente deixaram de perguntar), alguns camaradas tentaram mobilizar contatos para pressionar o Ministério dos Direitos Humanos e o Ministério da Justiça a agir, mas depois o assunto morreu. As ameaças continuam, durante o carnaval quase apanhei da polícia, a cada vez que vou para um estado, começa uma conversa em grupos da extrema direita sobre me matar ou agredir (aconteceu isso no Espírito Santo, na viagem de março). Graças a bases locais, como em Santa Catarina e Brasília, tive uma eficaz política de segurança. Mas na última reunião presencial do CC, informei que estava indo para Porto Alegre em fevereiro, que nossa militância não se mobilizou para pensar nada de segurança, que tinha que pedir ajuda ao MES para lidar com a situação. Depois da reunião, ninguém, absolutamente ninguém da CPN, veio me procurar para saber como seria a segurança. No final, deu tudo certo, graças ao apoio do Sindimetrô-RS e a organização da segurança feita por Taffarel e paga do meu bolso.

Informei ao grupo da coordenação de campanha o episódio de risco que sofri quando estava voltando da apuração pública da cerimônia do Oscar, em frente ao cinema São Luiz, no Recife. Falei que já tinha orçado os custos de contratar Taffarel para trabalhar como segurança na campanha. Sim, o valor é alto, mas a resposta foi apenas uma: “não sabemos se o partido terá dinheiro”. Em nenhum momento se

apresentou a ideia da CPN pensar numa campanha de emergência de finanças para pagar nem que seja uma parte do valor do segurança (ou apresentar o tema para o CC).

Ontem gastei um bom dinheiro colocando câmeras de vigilância na minha casa. Tive que contratar um motorista que me acompanha nas atividades de rua porque pegar um uber, hoje, pode significar risco de vida (como a situação no dia da cerimônia do Oscar). Não posso mais postar uma foto com minha mãe e meus sobrinhos, tenho que tentar esconder o bairro que eu moro, nenhuma das contas está no meu nome (luz, água, internet e afins) para agentes do Estado - policiais - não saberem onde moro. Tenho medo pela minha mãe, meus sobrinhos e minha esposa. Tenho que lidar com tudo isso sozinho, conto com ajuda de pessoas de dentro e fora do partido, mas isso nunca foi encarado como um problema partidário. O que eu tenho de segurança é o que posso pagar. E eu sei bem dos problemas financeiros do partido, a sobrecarga de trabalho militante, a dificuldade de tocar as tarefas que já temos. O que mais me entristece é que não sinto uma preocupação coletiva, enquanto partido, salvo a preocupação individual de camaradas que volta e meia vem falar comigo para saber como está a situação.

A discussão ontem, dia 01/03, no grupo da coordenação de campanha, foi justamente sobre segurança. Não quero virar mártir, ser mais um militante político assassinado, mas meu maior medo não é nem morrer, mas sim, morrer e deixar minha mãe na miséria e destruída, tendo que lidar com a perda do filho.

Tudo isso, e os desgastes pessoais, pioraram durante a campanha. Por uma falha coletiva, minha inclusive, não avaliamos como deveríamos o impacto de uma campanha de deputado federal em Pernambuco para vencer - um dos dez maiores colégios eleitorais do país. Entramos na campanha sem planejamento, sem dinheiro, sem preparação, e sem entender o básico de campanha eleitoral. Nas reuniões presenciais e online do CC, em vários momentos, falei que ninguém ali tinha experiência em campanha eleitoral e que a experiência do PCB não contava, pois aquilo nunca foi campanha eleitoral de verdade (situação que me incluía).

Com três meses de pré-campanha, a situação é a seguinte. Praticamente nada dessa tarefa é coletiva. Tirando aspectos da comunicação, comissão liderada por Gabriel Tavares, e aspectos da mobilização, com a participação de Juliana Siegmann, todo resto fica nas minhas costas e nas de Victória Pinheiro. Eu estou assumindo todos os custos da campanha: fotógrafo, videomaker, mobilização, advogados da campanha, carro, motorista (que nesse momento, por improviso, faz um papel de mais ou menos segurança, me acompanhando nas agendas de rua), gasolina, almoço para os trabalhadores da campanha, campanhas de apoio à filiação democrática e pré-campanha (todos aqueles vídeos de figuras do PSOL, humoristas, cantores e artistas, nada daquilo foi espontâneo, é tudo trabalho meu).

Além de todos os custos estarem nas minhas costas, o partido deliberou que Gabriel Tavares viria para Recife, junto com Victória Pinheiro, para serem “girados” para campanha. Victória só veio porque garanti a casa e os custos de vim morar em Recife. Não existe previsão de Tavares vir ou de garantir o mínimo de estrutura para que ele se mude com tranquilidade - todos os temas comentados no recente e-mail que mandei para o CC. Nos espaços do grupo da Coordenação de Campanha e nas reuniões, tenho insistido que não tenho mais condições de continuar bancando a pré-campanha do meu bolso, que estou no limite do esgotamento com as diversas atividades de rua, que tudo depende de mim.

Na reunião de quarta-feira, dia 01, repeti o que já tinha dito várias vezes: não consigo mais arcar com a pré-campanha sozinho, fazer um monte de tarefas que deveriam ser coletivas sozinho, que eu e Victória Pinheiro estamos sobrecarregados e no limite. Falei que passei a semana conversando com pessoas que entendem de eleição e a forma como estamos fazendo está toda errada: para vocês terem uma ideia, não temos um coordenador de campanha, um planejamento de pré-campanha (plano de ação de coordenação não é planejamento. E fizemos plano de ação sem ter um planejamento geral de pré-campanha!). Depois de repetir diversas vezes a pergunta “como a pré-campanha será paga até agosto?”, tive que ouvir do camarada Gabriel L. que estou colocando o “financeiro acima do político” e não podemos

“tomar nenhuma medida financeira que comprometa nossa independência política”. Quem pode ser contra a nossa independência política? O problema é fazer disso uma ficção, ignorando que não tem independência política numa campanha, se não tiver campanha, e hoje, só existe campanha, porque eu estou bancando tudo e fazendo centenas de tarefas que um candidato não deveria fazer.

Na mesma lógica da questão do Farol Brasil, a falta de trabalho coletivo, a não execução do que foi definido, o peso de tudo nas minhas costas, a dimensão de gastos pessoal, cansaço, adoecimento e ausência de tempo para ver minha família (porque, como estou gastando muito, preciso manter a gravação de vídeos em ritmo alucinado, para tentar equilibrar a dinâmica de entradas e saídas, algo que tem sido impossível) é tudo uma não questão política, uma não questão coletiva, só se torna uma questão coletiva quando tem uma polêmica sobre linha política - o partido, então, aparece como uma espécie de consultor ideológico e não como operador coletivo da política.

Olhando agora, retrospectivamente, analiso que uma dinâmica muito grave foi estabelecida: o conjunto do CC e da militância, não tomou ciência dos problemas crônicos da campanha. Tudo ficou concentrado na coordenação de campanha e os membros da coordenação de campanha e CPN, nas reuniões da CPN, fazia balanços no mínimo estranhos, resumindo todos os problemas da campanha a minha suposta ou real falta de centralização - como falei no e-mail que para a lista do CC, dia 31 de março, um simples balanço da falta de trabalho coletivo, como na divulgação do Manifesto de apoio a pré-candidatura ou o fato de não termos data para Gabriel Tavares vim para Recife, não comparece.

Para piorar, nas diversas atividades de rua, sempre estive sozinho. Não culpo a militância do PCBR-PE. É uma militância jovem, centrada no movimento estudantil, com poucos recursos para deslocamento, atolada de trabalhos e tarefas acadêmicas. Objetivamente, cumprindo o que era a ideia inicial - uma campanha para ganhar e enraizada na classe trabalhadora - estabeleci articulação política com diversos sindicatos e categorias. Sem a participação do partido, enquanto ente coletivo, essa

pré-campanha foi abraçada por metroviários, urbanitários, ADIs, professores, psicólogos, assistentes sociais, trabalhadores da construção civil, carteiros, funcionários públicos, petroleiros, comerciários, guardas municipais, enfermeiras e afins. Mas o partido, em momento nenhum, pensou em espaços para incluir essas categorias e seus líderes sindicais na campanha, eles são apenas parte da mobilização que só é tocada, novamente, porque pago do meu bolso um coordenador de mobilização. Propus, e simplesmente não andou, um conselho político de trabalhadores para tocar a campanha, cansei de compartilhar no grupo da coordenação de campanha minha agenda, informes de conversas com categorias, preocupação com eu estar sempre sozinho nos espaços (e a referência ser resumida em mim e não no PCBR também) e a resposta, quase sempre, foi um nada - nunca, em nenhum momento, os informes da agenda de pré-campanha se transformam, por exemplo, em uma articulação com nossa atuação sindical (e aqui, camaradas, é preciso dizer o óbvio: não sou eu, lotado de agendas de rua, que deveria fazer isso. Falta de informes, nunca foi).

Quando mandei o e-mail dia 31 de março, aquilo foi um grito de socorro, uma espécie de última tentativa (e, novamente, falei como o problema da segurança é tratado só como uma questão minha e não coletiva), para ver se algo acontecia. Infelizmente, só Stella e Juliana responderam o e-mail. Sei que todo mundo é ocupado, tem suas tarefas, trabalho, demandas de militância e afins, mas perdi a fé de que tenhamos uma solução coletiva para esses problemas. Peço desculpas, de verdade, por não esperar a discussão no CC antes de sair, mas não tenho mais condições de falar de novo, e de novo, sobre o quanto as tarefas têm caído nas minhas costas. Na reunião de quarta passada, reunião da coordenação de campanha, abri meu coração sobre os medos que tenho dos assédios judiciais, segurança, ameaças e afins. Não quero dizer que os camaradas da reunião não se preocupam ou não se sensibilizam, mas na quarta, como sempre tem acontecido, não houve apoio e acolhimento. A impressão que fica é que alguns acham que uso isso como desculpas.

Não me desligo do PCBR brigado, querendo prejudicar o partido, fazendo disputa política, como foi na ruptura com o PCB. Gostaria de seguir apoiando o trabalho sindical do partido, as ações da UJC, divulgando nosso jornal, o espaço do Farol Brasil segue aberto para os militantes do partido (e, inclusive, para criar programas do partido no espaço). Vou continuar recomendando o PCBR como a organização que tem o melhor programa político, a melhor estratégia para a Revolução Brasileira. Mas não tenho mais condições pessoais de continuar. Como disse no começo desta carta, é mais uma divergência organizativa, tática e de convívio pessoal. Não odeio ninguém, mas saio com mágoas e feridas e é impossível continuar a convivência minimamente civilizada com alguns camaradas.

Por fim, duas considerações de ordem política. Não vou desistir da candidatura. É meu nome e não o do partido que foi colocado para ser a esperança de várias categorias e sindicatos. Antes de escrever essa carta, conversei sem abrir detalhes dos problemas, com diversas pessoas que tem construído a pré-candidatura. A posição de todas foi insistir para manter a candidatura, falar que se não for eu o candidato, essas categorias não terão em quem votar, confiar e representar suas lutas.

Não serei militante de nenhuma corrente do PSOL, segue uma filiação democrática. Continuo um comunista que acredita na construção de um partido leninista, mas não tenho o direito de jogar fora a oportunidade histórica, depois de mais de 50 anos, de voltar a eleger um comunista que não abre mão de falar de Revolução, poder popular, anti-imperialismo, economia planificada, luta de classes e afins. Não será fácil a campanha no PSOL. Terei que navegar num mar de contradições, desafios e pressões imensas. Mas a luta política não acontece da forma que escolhemos.

Alguns camaradas, ao lerem essa carta, vão me taxar de oportunista e eleitoreiro. Talvez seja ocioso eu dizer que não. Mas só quero lembrar das pessoas que foram contratadas e estão já trabalhando, acreditando na campanha e na tarefa para o ano inteiro (das pessoas que trabalham na campanha, duas abandonaram seu

emprego para estar comigo, acreditando no significado histórico de uma possível vitória), dos diversos trabalhadores, sindicatos, jovens, pessoas comuns que querem essa candidatura. Aliado a isso, não vou virar lulista, não vou deixar de fazer as críticas, não vou mudar uma única vírgula do que venho falando nos últimos anos - e aguentando sozinho os ataques dos governistas, algo tomado só como responsabilidade minha e, novamente, não algo coletivo. Não tenho discordâncias com a estratégia e a tática eleitoral do partido, no geral, exceto a fala que ouvi de vários camaradas na reunião da última quarta-feira colocando que está descartado apoiar nomes como Glauber Braga, Fernanda Melchionna, Sâmia Bomfim, Renato Freitas, etc, para deputado federal e estadual. Isso sim é uma discordância importantíssima de tática eleitoral. Não creio que seja possível só apoiar candidatos da UP, PSTU e PCB para deputado federal e estadual.

Vai ser difícil, vou sofrer muitas pressões, navegar num mar revolto, mas acho que nesses quinze anos de militância, já provei e não preciso provar de novo, que nunca escolhi o caminho fácil ou abri mão da minha convicção teórica, política e ética no projeto comunista.

Em caso de vitória eleitoral, o mandato estará à disposição do partido, ele será um apoio para o necessário projeto de legalização do PCBR. Desde o começo, falo da importância dessa vitória eleitoral para ter recursos para legalizar o partido. De minha parte, nada mudou quanto a isso. E lamento que a única forma que tenha de contribuir com o partido é não estando mais nele, evitando a convivência com alguns camaradas.

Por fim, como é uma carta de saída, tive que falar longamente dos problemas, do que motivou minha decisão, mas isso nem de longe é uma lógica de que todos os problemas estão no partido e eu não cometi erro nenhum. Errei muito. Falhei várias vezes como militante. Peço desculpas para cada camarada que em algum momento, por diversas razões, falhei na camaradagem comunista.

Enfim. Um abraço para todas e todos. A gente se encontra nas trincheiras da luta de classes.

Jones Manoel

05/01/2026.